



## Emarf promove 5º encontro com tema tributário

A Escola de Magistratura Federal da 2ª Região apresenta: Grupo de Estudos de Direito Tributário – 5º Encontro, com o tema “O Princípio da não Auto-incriminação no Processo Administrativo Tributário e seus Reflexos na Ação Penal Decorrente de Crimes Tributários. Aspectos Controvertidos da Lei nº 8.137/90”. O evento será realizado **segunda-feira, 7 de julho, das 17h30 às 19h30**, com transmissão ao vivo por videoconferência para o auditório do Ed. Sede da Justiça Federal (Rua São Francisco, 52, Cidade Alta, Vitória). A palestra é aberta a magistrados federais, operadores do Direito, servidores do Poder Judiciário, advogados, estudantes de Direito e quaisquer interessados.

**Inscrições para magistrados federais: pelo módulo do Cae, na internet.  
Demais interessados: (27) 3183-5187 ou nucleomarf.es@jfes.jus.br.**



## Juiz apresenta atual estágio do sistema processual único

Os membros do Colegiado do Conselho da Justiça Federal (CJF) conheceram o atual estágio dos trabalhos de desenvolvimento do Sistema Processual Único da Justiça Federal (E-Jud).

A apresentação foi feita pelo juiz federal Alexandre Libonatti, da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, membro da Comissão Nacional do E-JUD, durante sessão do CJF realizada sexta-feira (27), no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no Rio de Janeiro. “Gostaria que os Senhores tivessem a mesma alegria que os participantes dessa comissão têm. Trata-se de uma das maiores iniciativas feitas na Justiça Federal, um projeto ambicioso e complexo, que está mobilizando praticamente 300 pessoas,

mas que tem caminhado rapidamente”, comemorou Libonatti.

Além de unificar os sistemas de consulta processual dos cinco tribunais regionais federais e respectivas seções judiciárias, o sistema E-JUD permitirá o acompanhamento de todas as fases do processo e a adoção de um modelo único de processo virtual. De acordo com o cronograma apresentado por Libonatti, o E-JUD deve estar pronto para utilização em abril de 2009. Doze grupos temáticos estão trabalhando na definição das funcionalidades do novo sistema, cada um deles encarregado de reunir informações sobre fases específicas do processo judicial.



## Crimes de imprensa em discussão no Espaço Forense

O Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu recentemente – em caráter liminar – trechos da Lei de Imprensa (Lei 5.250/67). Com base na decisão, o jornalista Vitor Edison Calsado Vieira entrou com pedido de liminar em Reclamação (RCL 6064) na Corte. Acusado de cometer crimes de calúnia e difamação, previstos na Lei de Imprensa, o profissional queria suspender audiência em que daria depoimento. O STF indeferiu o pedido.

Para falar sobre crimes de imprensa, o programa entrevistou nesta quarta-feira (2) promotor de Justiça em São Paulo Ronaldo Batista Pinto e o advogado Luiz Francisco Corrêa Barbosa. Também participou do programa o advogado Luiz Manoel Gomes Júnior, autor do livro Comentários à Lei de Imprensa. O Espaço Forense foi ao ar às 11h.

### RADIOAGÊNCIA JUSTIÇA

Emissoras interessadas podem receber boletins diários produzidos pela Radioagência Justiça. Basta um cadastro no site. São jornais com as principais notícias do Judiciário transmitidos diariamente. A Rádio Justiça é sintonizada pelo site [www.radiojustica.jus.br](http://www.radiojustica.jus.br).